

Valerio Arcary¹

Não há alternativa? O “day after” do neoliberalismo segundo István Mészáros

Resumo: O argumento de que não existiria alternativa político-histórica superior ao neoliberalismo, depois da restauração capitalista, não resistiu à prova da realidade. A retórica catastrofista neoliberal – mesmo na versão mais honesta: ruim com nosso remédio, pior sem ele – não passou a prova da história. Quis a ironia da história que a crise política do neoliberalismo latino-americano nos anos noventa do século XX coincidissem com uma crise ideológica pelo menos tão grande da maioria das correntes de esquerda que, nas décadas anteriores, reivindicavam algum tipo de identidade socialista. Aderiram a alguma variante nostálgica do keynesianismo no discurso, enquanto, na prática, ao chegarem ao Governo de seus países, passaram a praticar um programa social-liberal. Face ao colapso da ex-URSS e a inexorável “crise do socialismo”, Mészáros relocaliza o eixo da análise na crítica da ordem do Capital, e escapa às duas tentações predominantes, mas simplificadoras: o retorno às fórmulas keynesianas estatistas, ou à defesa de uma nova versão de socialismo de mercado.

Palavras-chave: Crise do neoliberalismo; crise da esquerda; marxismo; Mészáros; socialismo.

Abstract: The argument that it would not exist political-historical alternative superior to neoliberalism, after the capitalist restoration, did not resist the test of reality. The neoliberal catastrophist rhetoric – even in its most honest version: bad with our medicine, worse without it – didn’t pass the test of history. It was an irony of history that the political crisis of the Latin American neoliberalism in the nineties coincided with an ideological crisis at least so big of the majority of the left that, in the previous decades, affirmed some kind of socialist identity. They had adhered to some type of nostalgic variant of keynesianism in speech, while, in practice, when arriving at the Government of their countries they had started to practise a social-liberal program. Face to the collapse of the former-USSR and the inexorable “crisis of socialism”, Mészáros repositioned the axe of analysis criticizing the Capital’s order, and escapes from the two predominant, but simplified temptations: the return to keynesian estatism formulas, or the defense of a new version of market socialism.

Keywords: Crisis of neoliberalism; crisis of the left; marxism; Mészáros; socialism.

¹ Professor do CEFET/SP; foi professor convidado pela PUC/SP; é doutor em história social pela USP e autor, entre outros livros, de *As esquinas perigosas da história* (Xamã, 2003).

Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural – profunda – do próprio sistema do capital. Como tal, esta crise afeta, pela primeira vez em toda a História, o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado (...) O capital, no século XX, foi forçado a responder as crises cada vez mais extensas (que trouxeram consigo duas guerras mundiais, antes impensáveis) aceitando a "hibridização" sob a forma de uma sempre crescente intromissão do Estado no processo socioeconômico de reprodução como um modo de superar suas dificuldades, ignorando os perigos que a adoção deste remédio traz, a longo prazo, para a viabilidade do sistema (MÉSZÁROS, 2000, p.11)²

Ao longo dos últimos cento e cinquenta anos, a interpretação marxista afirmou que o antagonismo principal do capitalismo seria a oposição entre o capital e o trabalho. Os marxistas nunca sustentaram, por suposto, que essa contradição, expressa na luta de classes, fosse o único conflito da época histórica, mas argumentaram que seria o mais importante: reconheceram a legitimidade das lutas das nações oprimidas contra Estados opressores, assumiram a justiça das reivindicações feministas contra uma ordem social patriarcal, e admitiram a gravidade crescente da crise ambiental, entre tantos outros conflitos, como a luta contra o racismo e a homofobia. Mas denunciaram, prioritariamente, que a preservação tardia do capitalismo ameaçaria a sobrevivência mesma da civilização, e cunharam a palavra de ordem, ao mesmo tempo um chamado à luta e um prognóstico: socialismo ou barbárie.

Um prognóstico catastrofista no marxismo?

Os marxistas estavam convencidos de que o metabolismo do capital engendraria crises econômico-sociais cada vez mais graves. No entanto, polemizaram, seriamente, sobre a possibilidade de uma crise final. Dividiram-se diante da interpretação de se existiria ou não, na obra de Marx, uma avaliação catastrofista. Segundo Rosa Luxemburgo, Marx teria previsto mais do que uma tendência do capitalismo a crises recorrentes, ou seja, o movimento do ciclo que alterna super-produção e recessão. Teria antevisto uma tendência ao colapso ou desmoronamento:

A tendência objetiva da evolução capitalista para tal desenlace é suficiente para produzir muito antes uma tal agudização social e política das forças opostas que terá de pôr fim ao sistema do-

² Este artigo corresponde à introdução escrita por Mészáros para a edição em farsi, publicada por exilados iranianos, do seu livro *Beyond Capital, Além do Capital*, São Paulo, Boitempo, 2002. O texto foi publicado, em inglês, sob o título *The uncontrollability of globalizing capital, Monthly Review, fev. 1998*.

minante. Se, pelo contrário, aceitarmos, como os ‘especialistas’, que a acumulação capitalista pode ser ilimitada, desmorona para o socialismo o solo granítico da necessidade histórica objetiva. Nós nos perderíamos nas nebulosidades dos sistemas e escolas pré-marxistas, que queriam deduzir o socialismo unicamente da injustiça e perversidade do mundo atual e da decisão revolucionária das classes trabalhadoras. (LUXEMBURGO, 1980, p. 31, tradução nossa)

Esse prognóstico de tipo quase milenarista teve perigosa influência na formação da visão de mundo de boa parte dos marxistas do século XX.³ Várias gerações conceberam estratégias políticas que se apoiavam na perspectiva de uma crise final do capitalismo. A idéia do desastre inexorável inspirou a esperança de que a vitória do socialismo, apesar de todas as vicissitudes, seria certa. Admitia-se que o caminho das lutas dos trabalhadores seria semeado por inúmeras derrotas parciais, mas elas preparavam as condições da vitória final. O destino do capitalismo era o desmoronamento em ruína, um processo de longa decadência, desintegração ou autodissolução.

Essa interpretação é muito controversa. Marx e Engels sempre foram hostis a esquemas fatalistas. Animados por um vigoroso otimismo sobre o futuro humano – a confiança que anima os corações daqueles que acreditam que a humanidade pode superar o estágio da exploração do homem pelo homem –, defenderam que as crises econômicas seriam recorrentes, mas compreendiam que nem sempre desembocariam em situações revolucionárias. Eram conscientes que revoluções se levantariam contra o capitalismo, mas poderiam ser derrotadas. O socialismo era um projeto, mas não se iludiam que suas realizações pudessem ser antecipadas sem ruptura com o capital, ou que fosse inevitável. Acreditavam que a capacidade criadora da humanidade poderia construir novas relações sociais apoiadas na solidariedade, para que as gerações futuras pudessem usufruir uma vida mais plena de conforto material e emocional, saúde física e psíquica, beleza e conhecimento. Esse era o sentido da promessa socialista, a causa da igualdade e da liberdade, compreendidas como indivisíveis, segundo Wallerstein:

Que significa realmente o *slogan* “liberdade, igualdade, fraternidade”? O *slogan* da Revolução Francesa é familiar a todo mundo. Ele parece fazer referência a três fenômenos diferentes, cada um situado em três domínios entre os quais estamos acostumados a dividir nossas análises sociais: a liberdade no campo político, a igualdade no campo econômico e a fraternidade no

³ A historiografia define como milenaristas alguns movimentos camponeses medievais na Europa que expressavam por meio do discurso religioso – o único vocabulário cultural que conheciam – reivindicações igualitaristas. No contexto da polêmica marxista sobre a crise final, por milenarista deve-se entender um critério que desloca a teleologia do terreno da ação consciente, uma vontade de classe coletiva que se constrói, e a introduz na análise, antecipando como inevitável um desenvolvimento futuro da história – o colapso econômico do sistema –, e nesse prognóstico fundamenta uma estratégia política.

campo sociocultural. E estamos igualmente habituados a debater a respeito de sua importância relativa, em particular entre a liberdade e a igualdade. A antinomia da liberdade e da igualdade parece-me absurda. Tenho dificuldades em ver como podemos ser "livres" se há desigualdade, já que aqueles que têm mais têm sempre mais opções que não são possíveis àqueles que têm menos e, por conseqüência, estes últimos são menos livres. E, do mesmo modo, tenho dificuldades em ver como a igualdade pode existir sem a liberdade uma vez que, na ausência de liberdade, alguns têm mais poder político que outros, donde se segue que há desigualdade. Não estou sugerindo nenhum jogo de palavras aqui, mas a rejeição da distinção entre liberdade-igualdade. Liberdade-igualdade é um único e mesmo conceito. (WALLERSTEIN, 1989, p. 173 - 174, tradução nossa)

Eram, contudo, sóbrios em palavras sobre a transição pós-capitalista. Restringiram-se a uma elaboração em níveis de abstração muito elevados. A precaução teórica obrigou-os a serem contidos. A história era entendida como processo de lutas, não como sujeito. O sujeito da história seria a humanidade, e, nas sociedades divididas em classes, as lutas entre elas seriam a força de impulso mais poderosa. O socialismo não era entendido, contudo, como um projeto invencível. Não admitiam a operação na história de nenhuma força oculta semelhante ao destino.

O catastrofismo neoliberal

O neoliberalismo contemporâneo revelou menos prudência e foi além: profetizou que não existiria alternativa, senão o seu programa. O argumento de que não existiria alternativa político-histórica superior ao neoliberalismo, depois da restauração capitalista, não resistiu à prova da realidade. A retórica catastrofista neoliberal – mesmo na versão mais honesta: ruim com nosso remédio, pior sem ele – não passou na prova da história. As terríveis seqüelas dos aumentos dos alimentos entre 2007 e 2008 – provocando levantes da Indonésia ao Haiti, da Somália ao Egito – são somente um exemplo de como a livre flutuação de preços em um mercado desregulamentado é incapaz de resolver um dos problemas mais exacerbados do mundo contemporâneo. Da mesma forma, que o keynesianismo tenha se afirmado como política econômica no pós-guerra, entre 1945 e o final dos anos setenta, não permite a conclusão de que não existiam então outras alternativas.

Em todas as encruzilhadas das sociedades contemporâneas dos últimos cem anos, existiram diferentes projetos em disputa: projetos diferentes no interior das classes dominantes, e projetos alternativos ao capitalismo. O fascismo, por exemplo, não era a única via possível na Itália em 1921. O nazismo estava longe de ser a única possibilidade na Alemanha, depois da crise de 1929. Que o fascismo e o nazismo tenham triunfado não significa que não havia outros projetos engajados na luta: significa que eles foram derrotados. A vitória política de um projeto, contudo, não demonstra a sua superioridade.

A crise do neoliberalismo na América Latina do início do século XXI potencializou situações revolucionárias em quatro países – Argentina em 2001/2002,

Equador e Bolívia em 2003/2005, e Venezuela a partir de 2002 –; a vitória eleitoral de partidos e movimentos de oposição, como Lula, Chávez, Evo Morales e Rafael Correa, além de Tabaré Vasquez no Uruguai; e abriu um debate sobre o *day after* do neoliberalismo em nosso continente.

Reforma e revolução

A transformação das condições de vida e trabalho das maiorias exploradas e oprimidas sob o capitalismo não foi somente um projeto ou uma estratégia do movimento socialista. A revolução política e/ou social foi um dos fenômenos objetivos da história contemporânea. A desigualdade social foi (e continua sendo) o maior problema da civilização. Revoluções aconteceram (e continuarão acontecendo) porque havia (e permanece havendo) injustiça e tirania no mundo. A disparidade de condições materiais e culturais de existência humana precipitou, recorrentemente, crises sociais que transbordaram em crises políticas. Quando as crises políticas não encontraram uma solução no limite das relações sociais dominantes, abriu-se uma situação revolucionária. O marxismo contém, além de um programa político, o socialismo, um projeto intelectual: é a compreensão do sentido do processo das transformações sociais e políticas como expressão da luta de classes. A vocação da história deveria ser a sua explicação.

O século XX foi o século do encontro da revolução com a história. Mudanças eram e continuam sendo necessárias. Nenhuma sociedade, nem mesmo as mais conservadoras, pode resistir imune à pressão por mudanças. Mas as forças da inércia histórica são proporcionais à força social reacionária de cada época. Um atraso significativo e, às vezes, terrível é inevitável entre o momento da manifestação de uma crise social e o tempo que a sociedade precisa para que seja capaz de enfrentar as mudanças que são indispensáveis. Revoluções não acontecem quando são necessárias, mas quando a pressão pela transformação se demonstrou intransferível.

A história confirmou, porém, que as transformações podem ocorrer por via de reformas, ou seja, por lutas que resultam em negociações e acordos transitórios que mantêm, na essência, a ordem econômica, social e política, ou por via de revoluções. Diferentes épocas históricas favoreceram uma ou outra via: na sua época de ascenso, como no último quartel do XIX, o capitalismo conseguiu compensar as concessões aos trabalhadores que se concentravam em grandes metrópoles, depois do terremoto da Comuna de Paris em 1871, com o aumento da exploração dos povos da periferia do sistema. Foi assim que o direito de voto ou de greve, de organização sindical e política ou a garantia do salário mínimo foram estendidos à ampla maioria da população. Depois da Segunda Guerra Mundial e da derrota do nazi-fascismo, quando o perigo de novas revoluções como o Outubro russo batia à porta na Europa do Mediterrâneo – na Grécia, Itália e França –, negociações asseguraram o pleno emprego, ou a universalização da educação, saúde e previdência social pública e gratuita.

Quando, contudo, as mudanças não foram realizadas por reformas, revoluções demonstraram-se inevitáveis. As revoluções tardias, como em Portugal em 1974-75, foram as mais radicais. As revoluções políticas em um país e, com mais intensidade, as revoluções sociais, foram um poderosíssimo fator de pressão para que mudanças preventivas por reformas fossem concedidas em outros.

A pesquisa histórica confirma a existência de um padrão nos últimos cem anos. O crescimento econômico sob o capitalismo não foi nunca causa suficiente da distribuição de renda. A diminuição das desigualdades sociais só ocorreu por meio de reformas, historicamente, quando a combinação muito excepcional de crescimento econômico e alarme diante da possibilidade de uma revolução social levou o capital a fazer concessões ao trabalho. Não surpreende, portanto, que a idéia da revolução tenha sido imensamente poderosa ao longo do século XX. Uma parcela significativa dos líderes da classe trabalhadora e da intelectualidade radical foi atraída pelo projeto socialista.

Três metamorfoses da social-democracia

Quis a ironia da história que a crise política do neoliberalismo latino-americano nos anos noventa do século XX coincidissem com uma crise ideológica pelo menos tão grande da maioria das correntes de esquerda que, nas décadas anteriores, reivindicavam algum tipo de identidade socialista. Sandinistas, tupamaros ou petistas, além da maioria dos partidos comunistas, mudaram de tal maneira que ficaram irreconhecíveis. Aderiram a algum tipo de variante nostálgica do keynesianismo no discurso, enquanto, na prática, ao chegarem ao governo de seus países, passaram a praticar um programa social-liberal. Não foi a primeira vez que metamorfoses dessa natureza aconteceram.

Há cem anos os socialistas compartilhavam um programa comum. Estavam unidos na Segunda Internacional em torno da defesa da necessidade da socialização dos grandes meios de produção, ainda que divididos quanto à estratégia de luta pelo poder, entre os gradualistas e os revolucionários.

Foi somente depois da revolução russa de 1917 que a maioria reformista na direção dos partidos operários europeus, como o SPD alemão e o *Labour* inglês, assumiu um novo programa, a regulação estatal do capitalismo, que tinha sido defendido, porém, em condição minoritária, no final do século XIX, pela sua ala mais moderada dirigida por Bernstein na Alemanha.

O programa da social-democracia européia passou a ser apresentado como um projeto de controle social da economia de mercado. Defendiam que uma política fiscal de impostos progressivos sobre a renda, preservando o direito à propriedade privada, a regulação do mercado pela oferta e procura – portanto, a acumulação capitalista – poderia garantir ao Estado os recursos para uma ação distribuidora da renda nacional, diminuindo a desigualdade social, embora ainda mantivessem no seu programa a socialização como estratégia, pelo menos, em setores-chaves da vida econômico-social. Esse programa fracassou na Alemanha nos anos vinte, ajudando a abrir o caminho para a chegada ao poder do nazismo em 1933, mas foi implantado na Escandinávia nos anos trinta. Os partidos social-democratas renunciaram ao programa de socialização na sua ação política desde os anos vinte, mas permaneciam estatistas. Foi somente nos anos cinquenta, no calor da guerra fria, que o SPD alemão retirou, finalmente, as referências ao marxismo do seu programa, localizando-se na ala esquerda do keynesianismo dominante no pós-guerra.

Foram necessárias mais três décadas para que a social-democracia européia, com o governo de Felipe González do PSOE no Estado espanhol, e o segundo man-

dato de François Mitterand do PS francês, nos anos oitenta, realizasse uma terceira metamorfose e aderisse ao social-liberalismo pelo que ficou conhecido como a Terceira Via de Tony Blair nos anos noventa do século XX: as privatizações de estatais, a desregulamentação dos direitos do trabalho, a livre circulação de capitais, entre outras políticas, foram assumidas. O horizonte das políticas sociais universais foi sacrificado pelas políticas compensatórias. O social-liberalismo da social-democracia contemporânea incorporou, como seu, o mantra dos neoliberais: não há alternativa.

Os ajustes neoliberais na América Latina fracassaram

O cenário mundial, somente dez anos depois, desmentiu o prognóstico fatalista do neoliberalismo. A restauração capitalista não abriu uma etapa de prosperidade sustentada e paz mundial. As orientações neoliberais dominantes não foram capazes de garantir taxas de crescimento como do pós-guerra, nem puderam evitar crises econômicas mundiais, como entre 2000-2003, e a última, que se iniciou em meados de 2007. Tinham prometido que, com as contra-reformas liberais, trilhões de dólares que se refugiaram em títulos iriam reorientar-se para a produção econômica, mas os investidores permaneceram cépticos com o perigo da super-produção, e os dólares não choveram na América Latina. O projeto de um capitalismo sem crises desmoronou. A crise do neoliberalismo no nosso continente está escancarada há, pelo menos, uma década.

O significado do período aberto pela crise do neoliberalismo, em especial na América Latina, exige um exame que problematize as principais tendências do capitalismo contemporâneo em perspectiva histórica. O "dever de casa" liberal foi feito, sob a inspiração e monitoramento do FMI, pelos governos Menem e FHC, Fujimori e Gonzalo de Losada, entre tantos outros, a partir do início dos anos noventa, mas os investimentos estrangeiros, que foram prometidos em troca, preferiram como destino os próprios países centrais, sobretudo os EUA, ou a Ásia, em especial a China. As sociedades latino-americanas permaneceram com economias de crescimento muito lento, ou estagnadas e, pior, dramaticamente desiguais, portanto, politicamente muito instáveis.

O balanço da década passada revelou-se desolador. A resposta do neoliberalismo, contudo, é estupefacente. Seria preciso um ajuste maior, reduzindo ainda mais o papel do Estado, oferecendo mais garantias para o Capital. Argumentam que as cargas fiscais sobre os lucros seriam demasiado grandes, que a insegurança jurídica da propriedade seria demasiado alta, que os custos de produção seriam demasiado pesados. Não obstante, a flexibilização das relações trabalhistas já foi feita: afinal, na maioria dos países latino-americanos, a metade dos assalariados está no setor informal, sem contratos e sem direitos sociais. Não satisfeitos, os liberais afirmaram que seria preciso ainda mais contra-reformas para que nosso continente pudesse ser tão atraente quanto a Ásia. A privatização das estatais já foi feita, em maior ou menor medida, em todos os países, sem que o sacrifício do patrimônio tivesse permitido diminuir, significativamente, a relação das dívidas com os PIB's. Não satisfeitas, as entidades representativas do capital querem mais privatizações: cobijam as empresas do gás e do petróleo que ainda são estatais e os bancos públicos que

restaram. O controle da inflação foi realizado, ainda que a estabilização monetária tenha sido conquistada ao custo do aumento das dívidas internas, que exigiram, por sua vez, ajustes fiscais duríssimos para a rolagem dos crescentes juros. Querem diminuir os gastos públicos, com redução das verbas de custeio. Seria preciso diminuir o número de funcionários públicos e as despesas da Previdência.

Evitam informar que, no Brasil, a proporção do funcionalismo público – somando as três esferas, federal, estadual e municipal – sobre o conjunto da população economicamente ativa é menor que 10% – isso mesmo, menos que 8 milhões – enquanto na Suécia é 33,3%, no Reino Unido é 27,4%, na França é 24,6%, na Alemanha é 24%, e na Itália é 19,2%⁴. Esquecem de informar que os aposentados pelo INSS no Brasil recebem em média a aposentadoria por cinco anos antes de falecer. A única novidade no continente são as políticas sociais compensatórias, como os planos "Chefes de Família" na Argentina depois da semi-insurreição popular de 2001, o "Plano Bolsa Família" no Brasil depois da eleição de Lula, e planos semelhantes no Chile, no México como também na Bolívia e na Venezuela.

É possível um capitalismo regulado nos alvares do século XXI?

Inseridos, como estamos, no curso de acontecimentos de primeira grandeza, o esforço de compreender a dinâmica do capitalismo periférico nem é simples, nem poderia ser conclusivo. A História tem boas razões para manter reservas sobre a urgência do tempo presente. Mas tem, também, o desafio de estudar os acontecimentos da última década em perspectiva, ou seja, analisando seus significados e proporções em marcos mais gerais. A questão de fundo é identificar a dinâmica do capitalismo contemporâneo.

Poderia acontecer um crescimento sustentado como nas três décadas do pós-guerra? Seria possível um capitalismo regulado, isto é, com negociação de reformas distributivas da renda, que garantisse uma extensão e não uma redução de direitos? Os nostálgicos do keynesianismo se apressam em assegurar que sim.

Uma crise com formas explosivas como a de 1929 está, muito provavelmente, descartada, considerando-se as formas mais brandas e controladas das crises econômicas dos últimos vinte e cinco anos, e a blindagem dos Bancos Centrais e/ou do Banco de Compensações Internacionais de Basileia. Mas seria razoável concluir, apressadamente, que as últimas décadas sugerem que a época histórica de declínio do capital, de guerras e revoluções, teria sido superada? Ou caminhamos na direção de uma crise capitalista mundial de longa duração, com alternância de pressões inflacionárias e ajustes recessivos? O que esperar depois da retirada das tropas americanas do Iraque? Um lúcido trabalho que avança nessa direção tem sido feito por Mészáros:

A absoluta necessidade de atingir de maneira eficaz os requisitos da irreprimível expansão (...) trouxe consigo, também, **uma intransponível limitação histórica**. Não apenas para a específica

⁴ Dados da EUROSTAT, portal eletrônico de estatísticas da União Européia. Consulta realizada em 11/10/2006 em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal>.

forma sócio-histórica do capitalismo burguês, mas, como um todo, para a viabilidade do sistema do capital em geral. Pois este sistema de controle do metabolismo social teve que poder impor sobre a sociedade sua lógica expansionista cruel e fundamentalmente irracional independentemente do caráter devastador de suas conseqüências (...) O século XX presenciou muitas tentativas mal sucedidas que almejavam a superação das limitações sistêmicas do capital, do keynesianismo ao Estado intervencionista de tipo soviético, juntamente com os conflitos militares e políticos que eles provocaram. **Tudo o que aquelas tentativas conseguiram foi somente a ‘hibridização’ do sistema do capital, comparado à sua forma econômica clássica (com implicações extremamente problemáticas para o futuro) mas não soluções estruturais viáveis** (MÉSZÁROS, 2000, pp. 7, 9. Grifo nosso).

O que merece ser destacado nessa surpreendente linha de análise? Face ao colapso da ex-URSS e à inexorável “crise do socialismo”, Mészáros realocaliza o eixo da análise na crítica da ordem do Capital, e escapa às duas tentações predominantes, mas simplificadoras, dos marxistas de sua geração: o retorno às fórmulas keynesianas estatistas, ou à defesa de uma nova versão de socialismo de mercado. Recusa as coqueluches intelectuais predominantes na esquerda latino-americana, como a defesa de um capitalismo de Estado venezuelano saudoso do cardenismo mexicano dos anos trinta, do nasserismo egípcio dos anos cinqüenta, ou do FLN argelino dos anos sessenta. Não alimenta ilusões na restauração capitalista “a la chinesa”. Afasta-se das versões sociais-liberais de políticas compensatórias como as do lulismo brasileiro ou do governo Moralez na Bolívia. Mészáros nos convida a refletir sobre o novo lugar do Estado na época da decadência do capitalismo.

Planejamento ou mercado

Começemos pelo princípio: a regulação econômica pura, nos últimos dois séculos, nunca existiu. Ela sempre resulta em economias complexas, ou seja, industriais, de diferentes graus de combinação de métodos para alocação de recursos: por alguma forma de planejamento pelo Estado, ou pelo mercado através da oferta e procura. Uma dessas formas sendo predominante não exclui o emprego da outra. Nem socialismo é igual a estatismo, nem capitalismo é sinônimo de economia de mercado. Já existiu uma experiência de transição ao socialismo que admitiu a existência controlada de mercado, como na fase russa da NEP no início dos anos vinte, assim como o capitalismo já assumiu formas estatistas até severas, como na Escandinávia. Por outro lado, as grandes corporações, como sabemos, não podem dispensar formas bastante sofisticadas de planejamento.

O novo na segunda metade do século XX foi que o Estado, nas economias capitalistas mais avançadas, tenha sido obrigado, por razões que foram, para o fundamental, políticas, ou seja, exógenas às necessidades do ciclo, ou extra-econômicas, a exercer um papel redimensionado de controle macroeconômico, no sentido de

atenuar os efeitos das crises cíclicas. Esse novo papel do Estado exigiu uma redução da elasticidade política dos regimes democrático-liberais no pós-guerra. Quando a estratégia keynesiana se tornou dominante, passou a ser o programa comum dos partidos do regime, estivessem na situação ou na oposição.

O chamado estado de bem-estar social surgiu na Escandinávia pelas mãos da social-democracia, mas foi implantado, na Alemanha, com Adenauer, enquanto o SPD estava na oposição, e, na França, com De Gaulle, enquanto o PCF estava na oposição. Não puderam evitar a depressão lenta, mas prolongada a partir dos anos setenta. Desde então, mesmo se com diferenças retóricas, o programa neoliberal passou a ser a plataforma dominante e o plano de governo dos mesmos partidos eleitorais que antes compartilhavam a defesa das políticas anticíclicas keynesianas.

É para esse fenômeno que Mészáros nos chama a atenção quando procura explicar por que, em todos os países centrais, não importando a alternância de partidos – *Labour* ou conservadores na Inglaterra, social-democratas ou pós-gaulistas na França, etc. –, a política é sempre a mesma. Os partidos do regime democrático são cada vez mais diferentes frações públicas de um só partido; em grande medida, uma internacionalização do modelo americano, que opõe democratas e republicanos. Em outras palavras, o Estado como forma objetivada da política a serviço do Capital não é somente uma superestrutura determinada pelas flutuações da economia, ou das oscilações das relações de forças entre as classes e das lutas políticas entre partidos, mas deve ser compreendido como um instrumento integrado, um aparelho estrutural do processo de sobreacumulação de Capital e, nesse novo lugar, como uma das chaves de explicação do relativo sucesso do imperialismo durante a fase dos trinta anos de crescimento do pós-guerra.

As condições que permitiram esse relativo sucesso – sucesso, porque houve crescimento prolongado, relativo porque não impediu, por exemplo, a vaga revolucionária de 1968 – deixaram de existir no último quarto de século. Esgotaram-se as possibilidades de um capitalismo estatista, apoiado no consumo improdutivo da corrida armamentista, na extensão do crédito, na elevação das dívidas públicas, na regulação anticíclica através dos investimentos estatais. Quando se observa o peso dos crescentes déficits norte-americanos e a conseqüente fragilização do dólar, por exemplo, conclui-se sem dificuldades que há limites crescentes para o endividamento dos Estados.

São essas mudanças históricas profundas que poderíamos, talvez, definir como uma fase de *crise crônica*, que explicam a agonia das políticas keynesianas. Assim como a nostalgia que elas deixaram. Em *Para além do Capital*, Mészáros explora as possibilidades dessa conceituação do Estado, e a necessidade de uma política de esquerda que vá além dos limites do capitalismo; portanto, um programa socialista para além da lei do valor. Ou seja, um projeto para a transição pós-capitalista que defenda que a socialização não pode se confundir, nem resumir, à estatização.

Boa parte da reflexão inspirada no marxismo já dedicou atenção a esse tema. Mas o fez admitindo as premissas liberais da escassez crônica, e a defesa da democracia-liberal contra os despotismos estalinistas. Estabeleciam uma falsa relação de causalidade entre as estatizações e a burocratização do Estado. Mas não foi a expropriação do capital que levou à burocratização das experiências de transição, foi a

derrota da revolução mundial, o isolamento nacional e o atraso econômico-cultural das sociedades em que a revolução triunfou.

Mas, se aceita essas premissas liberais que contagiaram o pensamento da esquerda, decorreria como conseqüência programática a oposição às estatizações do passado: a defesa da necessidade de privatização das estatais, pelo menos as não estratégicas. A adesão à viabilidade do terceiro setor, “público não-estatal”, é o seu corolário mais moderado. O mais radical concluirá que o Estado deve transferir para as famílias a responsabilidade da educação, da saúde e da previdência, reservando-se o papel de políticas sociais de renda mínima reduzidas à atenção dos setores sociais mais vulneráveis, os excluídos. Esse tipo de antiestatismo de “esquerda” tem sido uma das vias de acesso de ex-marxistas para as idéias da Terceira Via, pela defesa da desobrigação do Estado de serviços públicos que seriam melhor fornecidos pelas ONG’s, etc. Daí até uma passagem, diretamente, para o campo do neoliberalismo vai um pequeno passo: deixa de ser difícil reconhecer alguma forma de propriedade privada como estímulo da iniciativa econômica, do impulso de crescimento, ou a preservação do mercado como mecanismo de alocação de recursos, de busca de maior produtividade, e de garantia de algum alinhamento relativo de preços.

O horror, compreensível, às aberrações burocráticas na ex-URSS anima essas elaborações. Mészáros segue, no entanto, outro caminho. Nisso reside a sua originalidade e o seu mérito. Reconhece o fracasso da estatização e do planejamento burocrático, mas não retira a conclusão da inevitabilidade do recurso às engrenagens cegas do mercado. Defende a necessidade e a possibilidade de ir além da propriedade privada e do mercado; portanto, além da lei do valor. O que nos convida à discussão da hierarquia das necessidades de consumo, e da possibilidade de alocação de recursos em função das necessidades mais intensamente sentidas. Ou às possibilidades de um planejamento democrático apoiado na livre participação popular. Ou seja, em última análise, a discussão sobre escassez relativa e abundância relativa, para além dos limites impostos pela premissa liberal de que a humanidade estaria condenada a ser escrava de necessidades ilimitadas. Um mundo de necessidades de consumo ilimitadas e cambiantes seria um mundo em que a permanência do racionamento, pela forma monetária da distribuição intermediada pela moeda, isto é, dos salários, seria inevitável.

Mas é possível ir além desses dogmas, como nos recorda Mészáros. Ir além do valor significaria ir além da produção e distribuição regulada pelo mercado; logo, pela ganância do Capital. O Estado foi pensado na tradição marxista da Segunda Internacional influenciada por Kautsky, e herdada pelo estalinismo como a instância da superestrutura; separado da infra-estrutura pela mediação das classes sociais, o Estado seria um elemento exterior ao processo da reprodução ampliada, *mais como um fator exógeno do que endógeno*. Mészáros inverte a perspectiva, e sugere que a experiência do século XX – nas suas palavras, o período mais destrutivo da história do capitalismo – teria demonstrado que o lugar do Estado seria absolutamente vital para a preservação do sistema, inclusive do ponto de vista econômico, garantindo a continuidade da acumulação de capital.

Essa nova centralidade do Estado seria uma refração de uma etapa histórica em que os conflitos de classe já não se expressam, predominantemente, na forma

de um conflito entre reação e reforma (como teria sido pelo menos até as últimas décadas do XIX), *mas nos novos termos, mais agudos, de um confronto entre contra-revolução e revolução*. O lugar do Estado passou, portanto, a ser mais complexo. Em primeiro lugar, o Estado precisou intervir na regulação mercantil livre, e agir de forma preventiva em relação aos efeitos destruidores e, terrivelmente, desestabilizadores das crises de superprodução: *vinte e nove nunca mais* passou a ser uma palavra de ordem programática do capital. Durante os trinta anos do pós-guerra, o Estado foi onipresente, seja pelo seu papel empreendedor, com o aumento impressionante dos gastos públicos (construção civil, despesas com funcionalismo vinculado aos novos serviços na educação, saúde e transportes), seja pelo impulso ao crédito (a antecipação para o presente do consumo futuro, alargando as dimensões do mercado).

Por outro lado, durante a etapa mundial aberta entre 1945/89, o fenômeno da revolução social e política adquiriu novas características: o eixo das lutas de classes mais radicalizadas deslocou-se do centro para a periferia do sistema, e foi quase sempre indivisível da guerra. O papel do Estado se agigantou como regulador de uma economia que teve, durante décadas, como primeiro e mais dinâmico ramo produtivo o setor de armamentos; em geral, um setor estatal.

A estagnação prolongada dos últimos trinta anos ainda não foi superada, apesar de todos os instrumentos a que recorreu o neoliberalismo. A queda da taxa média de lucro que se manifestou na crise dos anos 70 em atrofia de investimentos – estagnação e inflação conjugadas – colocou por terra o velho Estado interventor keynesiano. Um dos paradoxos do último período, contudo, é que foi preciso, em um certo sentido, mais Estado, para que houvesse menos Estado. Ao mesmo tempo em que se retirava de algumas áreas produtivas que, no passado, exigiam investimentos volumosos e retorno lento, ou seja, pouco cobiçadas pela iniciativa privada, como o saneamento básico, a telefonia ou a produção e distribuição de eletricidade – mas, hoje, por uma série de razões, irresistivelmente atraentes para as megacorporações –, o Estado vem aumentando tanto a sua arrecadação fiscal quanto os seus níveis de endividamento, transferindo todos os anos bilhões de dólares para o capital financeiro. Isso é feito, no entanto, em proporções muito diferentes. O lugar atual do endividamento público na América Latina, por exemplo, em relação aos PIB's nacionais, em comparação à carga fiscal – em média 50% dos PIB's – é incomensuravelmente maior do que há vinte e cinco anos. O mesmo fenômeno é ainda mais significativo nas economias capitalistas centrais.

A tendência ao bonapartismo vem, também, acentuando-se, sobretudo nos países dependentes, mas não só. Expliquemo-nos: tem sido preciso mais Estado repressivo (na forma de reforço do aparelho de informação e repressão), para que haja menos Estado regulador (na forma de políticas públicas que estimulem o pleno emprego e a busca da correspondente paz social). Assim como fracassou, no pós-guerra, a estratégia reformista de transição pacífica ao socialismo nos países centrais, deixando como herança um Estado de "Bem-Estar social" em crise, fracassará a estratégia reformista contemporânea de um capitalismo de "Bem-Estar social", apoiado na assistência social focada em políticas de renda mínima. Esta é uma das conclusões de Sérgio Lessa, comentando Mészáros:

É essa concepção de fundo que possibilita a Mészáros concluir que a estratégia reformista que predominou no movimento operário nesse século resultou, não no fortalecimento da luta dos trabalhadores contra o capital mas, pelo contrário, na assimilação pelo Estado desses mesmos partidos e sindicatos. Eles também terminaram por assumir como suas as necessidades do capital. O “projeto (dos social-democratas) de institucionalizar o socialismo por meios parlamentares estava condenado ao fracasso desde o começo. Pois eles visam o impossível. Eles prometiam transformar gradualmente em algo radicalmente diferente – isto é, uma ordem socialista – um sistema de controle sócio-reprodutivo sobre o qual eles não tinham nem poderiam ter qualquer controle significativo no e através do parlamento.” Por ser o capital, por suas próprias determinações ontológicas, incontrolável, “investir energias de um movimento social em tentar reformar um sistema substancialmente incontrolável, é um trabalho de Sísifo, já que a viabilidade da reforma, mesmo a mais limitada, é inconcebível”. (LESSA, 1998, p. 143)⁵

Muitos observadores lúcidos já compararam a atual euforia com a globalização econômica turbinada pelo crescimento das economias asiáticas, em especial da China, com a embriaguez que precedeu, nos anos 20 do século passado, o curto-circuito de 1929. De qualquer forma, restam poucas dúvidas que a restauração capitalista na ex-URSS e no Leste europeu só pode ser apreendida na sua significação, historicamente, mais profunda, se considerarmos a preservação do controle do Capital sobre o mercado mundial. Nunca como hoje foi tão poderoso o controle dos países imperialistas sobre o mundo, mas nunca, também, como hoje, foi tão incerto e perigoso o futuro da civilização: tudo que existe carrega consigo os germes da sua destruição. *O período histórico de apogeu do capitalismo parecerá coincidir, hegelianamente, com a etapa de sua decadência.*

⁵ Sérgio Lessa faz parte de uma geração de marxistas brasileiros, ao lado de Ricardo Antunes, Paulo Barsoti, Dolores Prades, Antonio Rago, entre outros, que iniciou a sua educação teórica no coletivo dirigido durante anos por Chasin, conhecido pela publicação da revista Ensaio, uma das raras publicações teóricas marxistas que não naufragaram em poucos anos. De inspiração, grosso modo, lukácsiana, esse agrupamento reuniu um coletivo promissor de intelectuais que procuraram manter relações orgânicas com o movimento operário. Os seus integrantes, hoje dispersos, distinguem-se pela coerência e perseverança, qualidades, ao mesmo tempo, valiosas e raras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LESSA, Sérgio. István Mészáros, In: *Crítica Marxista*. n.6. São Paulo: Xamã, 1998.
- LUXEMBURGO, Rosa. El problema en discusión (Anticrítica). In: _____. *La acumulación de capital*. México: Siglo XXI, 1980. (Cuadernos de pasado y presente, n. 51).
- MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. In: *Outubro*. n.º. 4. São Paulo: Xamã, março, 2000.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Révolution dans le système mondial. In: *le temps modernes*. Paris, n. 514-515, p. 173-174, maio/jun. 1989.

Recebido para publicação em 30 de maio de 2008.
Aprovado em 17 de junho de 2008.